



O comércio dos Wangara e as mantas mandês no Daomé (1810)*

The Wangara Trade and the Mande Blankets in Dahomey (1810)

*Mariza de Carvalho Soares***

Resumo: O texto parte da identificação de uma manta estilo mandê (Mali/Serra Leoa) para pensar a conexão entre o Daomé e as rotas comerciais muçulmanas da África ocidental. A referida manta integra os presentes enviados pelo rei Adandozan do Daomé a Dom João de Portugal, em 1810. Contrariando a tendência geral da historiografia que usualmente destaca a presença de comerciantes haussás no Daomé, o texto destaca o comércio dos wangaras de Borgu, um entrocamento comercial mais próximo ao Daomé que as cidades haussás.

Palavras chaves: Wangaras – Daomé – Mantas – Comércio - Islã

Abstract: The paper departs from the identification of a Mande style blanket (Mali/Sierra Leone) to think about the connection between Dahomey, and the Muslim trading routes of West Africa. The blanket is part of a gift sent by King Adandozan of Dahomey to Dom João of Portugal, in 1810. Challenging the general trend of historiography that highlights the presence of Hausa merchants in Dahomey, the argument here focus on the trade of the Wangaras from Borgu, a Muslim trade center closer to Dahomey than the Hausa cities.

Key words: Wangara – Dahomey – Blankets – trade - Islam

* Esse texto é um desdobramento da comunicação que fiz por ocasião da Mesa Redonda “Tradições e trajetórias dos Estudos Africanos no Brasil”, por ocasião *Primeiro Encontro da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África)*, de 11-13 de abril de 2018, no Instituto de História, UFRJ. É também a versão preliminar de um capítulo sobre tecidos a ser apresentado no livro *A ‘Coleção Adandozan’ do Museu Nacional*, de minha autoria, em fase final de elaboração. Esse texto integra meu projeto de pesquisa sobre a coleção africana do Museu Nacional, financiado por minha bolsa de produtividade do CNPq. Agradeço a João Reis a leitura do manuscrito, suas sugestões e indicações de leitura.

** Doutorado em História pela UFF (1997) onde atuou como professora até o ano de 2010. Continua atuando como membro do Laboratório de História Oral e Imagem-LABHOI/UFF e como professora do PPGHIS/UFF. Desde 2014 é também pesquisadora colaboradora do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ onde atua no Setor de Etnologia e Etnografia como curadora da coleção africana. E-mail: marizacsoares@gmail.com

Introdução

Em Abomé, capital do antigo “reino” do Daomé (situado no centro sul do atual Benim) eram altamente cobiçados os tecidos africanos de algodão, palha ou lã feitos em teares manuais e também os brocados e veludos europeus que ali chegavam através do comércio atlântico. Desde o *axóssú* (título do governante maior do Daomé) até o mais pobre agricultor faziam uso deles.¹ Eram usados como vestimenta, adorno, moeda de troca e entesouramento. No fim da vida serviam de mortalha e oferenda aos mortos. Como esses, os mais ricos tecidos da África ocidental são, ainda hoje, feitos de longas tiras de cerca de 20 centímetros de largura, tecidas em pequenos teares manuais, costuradas umas às outras, até formarem um largo pano de cerca de 10 a 12 metros quadrados.²

O Daomé se constituiu como unidade política no primeiro quartel do século XVII, no bojo de uma série de rearranjos políticos e territoriais da costa ocidental africana, em decorrência do crescimento do comércio atlântico de escravos.³ Desde então até sua ocupação pelo exército colonial francês (1894) o Daomé nunca foi conhecido como produtor de tecidos de luxo. Assim como muitas outras mercadorias, a maioria deles era importada. Uma parte chegava pelo sul, através do comércio atlântico, e outra pelo norte, trazida pelas cáfilas (caravanas muçulmanas) que percorriam o Sahel, a faixa de terra que separa o Saara da savana, ao longo de toda a África Ocidental, desde o Senegal até o Sudão Central.⁴

No século XVIII os tecidos usados como vestimenta por um alto dignatário podiam medir de quatro a quinze metros, dependendo de sua textura, fosse ele africano ou europeu. Já os guerreiros usavam trajes curtos, feitos com tecidos de menor tamanho, a partir de fibras de folhas de palmeira, ou algodão local.⁵ Pruneau de Pommegorge (1720-1812), governador do forte francês de Ajudá na segunda metade do século XVIII, foi a Abomé onde, como era de praxe, assistiu aos Costumes, um festival anual realizado em Abomé para celebração dos ancestrais. Lá encontrou *dadá* Tegbesu (*axóssú* entre c.1740 e 1774) envolto em dois panos de veludo. Sobre os tecidos que viu em Abomé informa que haviam também os comercializados pelos *marabous* (líderes religiosos muçulmanos) que visitavam Abomé trazendo de suas terras tapetes de algodão e seda.⁶ Sua

¹ O *axóssú* é usualmente chamado *dadá*, que significa senhor, pai, tio paterno, irmão mais velho ou autoridade equivalente. Essa forma de chamamento pode ser atribuída apenas às divindades e ao *axóssú*. Mantive nos títulos a grafia usada na língua fon para evitar a tradução inapropriada desses termos para “rei” e “pai”, respectivamente. À língua fon, a mais falada no Daomé, se somavam outras, grosso modo o ajá (leste), o maxi (norte), o iorubá (oeste), sem contar as línguas europeias no litoral. Por extensão, os nomes das línguas africanas têm sido usados para designar as populações falantes dessas línguas que se espalham e misturam por uma área geográfica que vai do leste do atual Togo, atravessa o Benim, e chega ao oeste da Nigéria. Adoto aqui este critério, hoje usual entre os historiadores. Sempre que possível indico a localidade à qual me refiro, como o caso das cidades iorubá de Oió e Ketu.

² Existe farta bibliografia sobre tecidos africanos. Ver, entre outros, Peter Adler e Nicholas Barnard. *African Majesty: The Textile Art of the Ashanti and Ewe*. Londres: Thames and Hudson Ltd. 1992; Alisa LaGamma, e Christine Giuntini. *The Essential Art of African Textiles*. The Metropolitan Museum of Art/Yale University Press: Londres/New Haven. 2008.

³ Para a expansão do comércio atlântico de escravos, ver: Paul E. Lovejoy. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

⁴ É considerado Sudão Central toda a extensão do território africano ao sul do rio Níger (hoje ao sul do Mali, Burkina Faso, Níger e Nigéria). As caravanas ou cáfilas eram geral denominadas *garfla*, palavra haussá derivada de *qāfila*, caravana em árabe. Sobre a etimologia da palavra *garfla* ver: John Hunwick e Eve Troutt Powell. *The African Diaspora in the Mediterranean Lands of Islam*. Princeton: Markus Wiener Publishers. 2002. p. 173 e nota 240, p. 238.

⁵ Dalzel descreve os tecidos feitos de folha de palmeira (*palm-tree leaves*) como populares (*grass cloth*), de fabricação local. Archibald Dalzel. *The History of Dahomey an Inland Kingdom of Africa*. (1793). Introdução de J. D. Fage. London: Frank Cass & Co. Ltd. 1967. pp. xvi-xvii.

⁶ A. E. Pruneau de Pommegorge. *Description de la Nigritie*. Amsterdam: s/ed.; Paris: Chez Maradan. 1789. p. 236. Os tecidos de seda eram especialidade de Egga, cidade situada em território Yorubá. Marion Johnson. “Cloth on the Banks of the Níger”. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, vol. 6, no. 4 (June 1973). p. 356.

expressão original em francês “*chez le roi des dahomets*”, indica que o comércio era feito no próprio palácio, uma transação diplomática ou comercial cercada de protocolos.

Na cerimônia de encerramento dos Costumes montava-se um tablado a céu aberto onde o *axóssú* distribuía presentes. Uma prancha publicada em 1793 no livro de Archibald Dalzel (1740-1811), governador do forte inglês de Ajudá na segunda metade do século XVIII, mostra essa cerimônia.

Distribuição de presentes em Abomé, século XVIII



Fonte: Dalzel, *History of Dahomy* (1793), Prancha 146.

A gravura mostra *dadá* Tegbesu de peito nu, com um longo pano amarrado na cintura e chapéu de aba larga, distribuindo presentes. Do lado esquerdo da imagem vê-se uma pilha de tecidos; na frente do tablado tecidos ornando a cerimônia; e abaixo dele um homem com um tecido aberto nos braços. A qualidade e metragem dos tecidos dependia de quem os recebia. Assim como Dalzel, Pruneau de Pommegorge também presenciou essa cerimônia, descrevendo-a em seu livro, publicado em 1789. Segundo ele o *axóssú* jogava os presentes “negligentemente”. Sem dúvida um gesto ritualizado. Ainda segundo ele, ao final da visita todos os governadores dos fortes de Ajudá ali presentes (inglês, francês e português) foram presenteados. Ele recebeu uma jovem e dois panos de seda e algodão. A título de ajuda para custear o caminho de volta recebeu ainda alguns animais e uma certa quantidade de búzios.⁷

Tecidos quentes, de algodão grosso, eram admiradas para enfrentar, nas noites do período do Harmattan, o vento frio e carregado de areia que vinha do Saara e atingia o Daomé entre os

⁷ Pommegorge. *Description de la Nigritie*. pp. 192-194. Abomé fica em um planalto de cerca de 200 metros de altitude e Ajudá no nível do mar. O percurso entre as duas cidades é de cerca de 100 quilômetros, cumpridos a pé ou em redes, com paradas à noite. O trajeto de subida ou descida, assim como as chuvas, afetavam a duração e as condições da viagem, em geral de dois a três dias.

meses de novembro e março, quando a temperatura pode chegar a 10 graus centígrados, em média durante uma semana, a cada ano. É o período mais seco do ano, talvez por isso escolhido para a realização dos Costumes sem o risco de as festas serem prejudicadas pelas chuvas.

O estudo dos tecidos representa uma tendência crescente nas coleções etnográficas africanas dos acervos de museus de todo o mundo. Informações como data de coleta e procedência são básicas para qualquer catalogação de objetos museológicos, e uma tarefa difícil pela precariedade de informações que acompanham as peças. Mesmo a aparentemente simples distinção entre tecidos “locais” e “importados”, muitas vezes nem sempre é fácil. Para os tecidos encontrados no Daomé no século XVIII, há certa concordância sobre a distinção entre os panos “locais” (de fibra de folha de palmeira e de fios de algodão de plantio local), base da indumentária cotidiana, e os tecidos usados em vestimentas mais ricas, vindos de fora. Além de seu testemunho pessoal, Dalzel reproduziu em seu livro a narrativa de três outros viajantes/comerciantes do século XVIII. Um deles, Robert Norris, explica que os tecidos mais valiosos, usados nas vestimentas de luxo, vinham de Oió e Ketu, cidades próximas com as quais os moradores de Abomé tinham em contato regular. De Ketu vinham os melhores tecidos vermelhos.⁸ Havia ainda os tecidos importados de outras partes da África ocidental e da Europa, apropriados ao consumo suntuoso.⁹

Tanto o antropólogo Melville Herskovits quanto Suzanne Blier, historiadora da arte, reforçam que apesar da entrada regular de tecidos importados, foi mantida sua restrição para as indumentárias de casamento e nos funerais.¹⁰ Fica em aberto definir com mais precisão que tecidos eram considerados “importados”. Ao que tudo indica os tecidos de Oió e Ketu ficavam fora dessa classificação, sendo esta certamente uma restrição endereçada aos tecidos europeus e asiáticos que entravam pelo comércio atlântico. Difícil dizer se os grandes panos de algodão que chegavam ao Daomé através das caravanas do Sahel eram apenas bens suntuários ou teriam sido absorvidos como de uso ritual, podendo, por exemplo, ser oferecido aos ancestrais nos rituais dos Costumes.

Nem Herskovits nem Suzanne Blier fazem menção à confecção de mantas de algodão ou lã. Existem dois croquis da cidade de Abomé. O primeiro feito por Le Herissé (1911) e o segundo por Blier (1998, que não incorpora o croquis de Le Herissé). Ambos indicam a presença de oficinas de artesanato a serviço do palácio, mas nenhum dos dois informa que tipo de tecelagem era feita. Blier faz uma breve referência aos belos tecidos de fios mistos de rafia e algodão e aos painéis com apliques coloridos, mas não dá qualquer indicação de que tenham aí existido oficinas de tecelagem para a confecção de mantas de algodão ou lã.¹¹

⁸ Robert Norris. *Memoirs of the Reign of Bossa Ahádee king of Dahomy an Inland Country of Guiney*. (1789) Londres: Frank Cass & Co. Ltd. 1968. p. 87. Também em Dalzel. *The History of Dahomey*. p. xxiii; pp. 146-147. Abomé, Ketu e Oió eram cidades com longa história de convivência na guerra, nos intercassamentos e nas trocas comerciais. Oió e Ketu eram cidades com população de língua yorubá. Para um resumo das interações entre as três cidades, ver Alberto da Costa e Silva. *A manilha e o libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional. 2002. pp. 526-561. Sobre os tecidos vermelhos, ver Dalzel. *History of Dahomy*. p. 201.

⁹ No século XVIII, além dos tecidos africanos e europeus, já chegavam tecidos orientais, e também a técnica javanesa do *battik*, hoje generalizada em toda a África Ocidental. Sobre tecidos no circuito comercial atlântico, ver Roquinaldo Ferreira. “Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e Guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII” e Luís Frederico Dias Antunes. “Texteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820)”. Ambos In: João Fragoso *et alli* (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 339-378 e pp. 379-420, respectivamente. Ver também Robert DuPlaisis. “Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVIII”. *Afro-Ásia*, 41 (2010), 9-55.

¹⁰ Blier informa ainda que atualmente esses tecidos são feitos apenas sob encomenda. Melville J. Herskovits. *Dahomey. An Ancient West African Kingdom* (1938). Evanston: Northwestern University Press. 1967. vol.1, p. 46; Suzanne Preston Blier. *The Royal Arts of Africa: The Majesty of Form*. New York: Harry N. Abrams Inc. 1998. pp. 108-109.

¹¹ Ver Le Herissé, A.. *L'ancien royaume du Dahomey. Moeurs, religion, histoire*. Paris: Émile Larose. 1911. p. 29; Blier. *The Royal Arts of Africa*, Croquis p. 103; tecidos p. 108-109.

Neste artigo apresento os procedimentos por mim adotados para identificar um dos panos vindos do Daomé, em 1810, que integra a coleção africana do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Para isso articulo a observação da peça com as informações referentes a outros panos semelhantes encontradas em outras coleções, a fontes históricas e à historiografia disponível. Na museografia tais panos são denominados mantas (*blanket* em inglês; *couverture* em francês). Seguindo a proposta do primeiro número da *Abe-África* sobre “Histórias e Trajetórias dos Estudos Africanos no Brasil”, o presente artigo destaca o estudo da história dos objetos como uma das abordagens possíveis para o trabalho dos pesquisadores brasileiros dedicados à história da África. Essa é hoje uma tendência importante da historiografia, principalmente considerando os pouco explorados acervos de instituições públicas e coleções particulares que reúnem objetos africanos em todo o Brasil.¹²

Os presentes de *dadá* Adandozan

Em 1810, o então *axóssú*, conhecido como *dadá* Adandozan, que governou o Daomé entre 1797 e 1818, enviou ao Brasil uma embaixada para renegociar os termos de seu comércio de escravos com Portugal.¹³ Em janeiro de 1811 a embaixada chegou à Bahia, trazendo um baú com presentes a serem oferecidos a dom João, então regente de Portugal. Por recomendação do próprio dom João, os embaixadores não conseguiram chegar à corte e depois de longa estadia em Salvador, retornaram a Abomé. Como consolo tiveram do governador da Bahia a garantia de que os presentes e uma carta de *dadá* Adandozan seriam enviados ao Rio, ainda em 1811. Em 1818, com a inauguração do Museu Real, os presentes passaram a integrar o acervo da nova instituição, hoje Museu Nacional. A carta seguiu caminhos desconhecidos até ser encontrada no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁴

Ao longo de um levantamento da coleção africana do Museu Nacional, por mim iniciado em 2011, me dei conta de que uma parte significativa dos presentes descritos na carta de *dadá* Adandozan a dom João em 1810 estava no acervo do Setor de Etnologia e Etnografia-SEE do Museu Nacional. Dada à importância do conjunto, resolvi reunir as peças encontradas sob a denominação de Coleção Adandozan.¹⁵ Nos museus de todo o mundo predominam objetos levados do Daomé na

¹² Me reporto aqui a uma bibliografia que explora a história dos objetos. Entre outras referências importantes, o texto toma como inspiração a coletânea organizada por Arjun Appadurai, em particular sua “Introdução: mercadorias e a política de valor” e o capítulo de Igor Kopytoff. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. Arjun Appadurai (ed.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF. 2008. pp. 15-87; pp. 89-121, respectivamente. Ver também: Steven Lubar e David Kingery (orgs.), *History from Things: Essays on Material Culture*. Washington: Smithsonian Institution Press. ca.1993.

¹³ Para sua biografia, ver Ana Lucia Araujo. “Dahomey. Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade”. *Slavery & Abolition*, vol. 33, n. 1, march, 2012. pp. 1-10. Sobre as relações diplomáticas estabelecidas entre o *dadá* Adandozan e dom João, ver Mariza de Carvalho Soares. “Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. *Afro-Ásia*, 49 (2014), 229-271.

¹⁴ Essa e outras cartas do Daomé foram publicadas em 2013. Ver Luis Nicolau Parés. “Cartas do Daomé”, *Afro-Ásia*, 47 (2013), 295-395. Nesta publicação a carta aqui referida é a de número 13.

¹⁵ Em 2014, sob minha curadoria, foi inaugurada a Nova Sala África da exposição de longa duração do museu que recebeu o nome *Kumbukumbu: África, memória e patrimônio*. A vitrine 5 da exposição é dedicada ao Daomé e mostra alguns desses presentes. A sala pode ser visitada ou acessada *online* através fotos e audioguia. Ver <http://museunacional.ufrj.br/destaques/africa> [Acesso em 14.08.18]. Ver também Mariza de Carvalho Soares; Michele de Barcelos Agostinho; Rachel Correa Lima. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 2016. Coleção Livros Digital 4. disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/docs/Kumbukumbu.pdf> [Acesso em 24.09.2018]. Esta pesquisa é financiada com recursos do Museu Nacional e da minha bolsa de produtividade em pesquisa do Cnpq.

segunda metade do século XIX ou XX.¹⁶ A datação desses presentes, saídos de Abomé em 1810, faz da Coleção Adandozan uma das mais antigas coleções de objetos do Daomé.

Entre os presentes enviados e listados na carta de 1810, *dadá* Adandozan descreve “sete panos”. A certa altura da carta ele chega a sugerir que “Vossa Real Alteza pode vestir os ditos calções e rebuçar-se em um pano destes”.¹⁷ Data de 1844 o primeiro inventário da coleção do já então Museu Imperial,. Nesse inventário, entre os objetos da chamada “África Inculta”, constam apenas “3 mantas”. Em 1870 Ladislau Netto fez um novo inventário, bem mais detalhado que o primeiro, e constatou a presença de cinco “colchas” africanas. No armário 5 encontrou “uma grande colcha de algodão em xadrez de cor azul e branca”. Em 1967, Ruth Nery preparou um catálogo da coleção africana que nunca foi publicado. Aí constam quatro tecidos africanos, entre eles um de fio de algodão grosso, com padronagem de tabuleiro de damas, medindo 4,0m x 2,50m, catalogado sob o número MN-SEE 6439.¹⁸ O exemplar de xadrez descrito por Ladislau Netto e depois grosseiramente desenhado por Nery é compatível com o “pano de dados” enviado por *dadá* Adandozan, uma padronagem conhecida na museografia como tabuleiro de dama (*checkerboard*).

A comparação dos presentes encontrados no acervo com a carta de Adandozan e os inventários do SEE/MN permitiu dirimir algumas dúvidas da transcrição da carta de Adandozan publicada da revista *AfroÁsia*. De acordo com essa versão a carta diria: “Remeto sete panos cada um de sua qualidade, dois de a[palavra borrada], um de dados, outro de paina e algodão, e dois de se[jeras] brancas e azuis, e um de paina” (grifo meu).¹⁹ A palavra dita borrada é [alaõ], abreviatura pouco usual de algodão.²⁰ A palavra “paina”, citada duas vezes, corresponde a uma matéria prima não adequada à produção de fios, o que, de antemão, torna a transcrição suspeita. A leitura correta é [painha] (ou palhinha), um tipo não identificado de folha de palmeira, matéria prima fartamente usada para tecelagem na África atlântica. Já a sugestão “de se[jeras]” deve ser corrigida para [de listras]. A transcrição correta é: “Remetto sete panos Cada hú de Sua qualid.e, dous de Alaõ um de dados outro de Painha e argudaõ, e dous de listras brancas e azuis e hú de Painha”.²¹

Nos duzentos anos de existência do Museu (hoje) Nacional, a coleção etnográfica passou por várias deslocamentos e rearranjos que incluíram a mudança do museu do Campo de Santana para o palácio de São Cristóvão, reformas diversas e um incêndio. Dos sete panos enviados em 1810 não há registro de quantos chegaram ao Museu Real. Dos cinco listados por Ladislau Netto (não há certeza de pertencerem todos a Coleção Adandozan) localizei três que combinam com a lista da carta: um de palhinha (SEE-6442); um de algodão listrado (SEE com numeração extraviada);²² e um

¹⁶ Embora muito superior em número e diversidade de peças, a coleção do Musée du Quai Branly (Paris), por exemplo, é toda ela da segunda metade do século XIX. Aí se incluem doações feitas pelo general Alfred-Amédée Dodds (1842-1922), que comandou as tropas francesas que em 1884 ocuparam o Daomé e aprisionaram o *axóssú* Behanzin, então no poder. A colônia francesa do Daomé se tornou independente em 1960 e adotou o mesmo nome Daomé. Em 1975, passou a República Popular do Benim e depois a República do Benim.

¹⁷ Parés. “Cartas do Daomé”, carta 13. p. 391.

¹⁸ Para o inventários de 1844 ver: Museu Nacional/SEMEAR. doc. 95; para o de 1870 ver: Ladislau Netto. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. pp. 253-256; e para o de 1967 ver: Ruth Maria de Andrade Figueira Nery. A coleção africana do Museu Nacional. Catálogo. SEE/Museu Nacional. 1967. pp. 40-41. (xerox de texto datilografado, acervo do SEE).

¹⁹ Parés. “Cartas do Daomé”. Carta 13. p. 391.

²⁰ A palavra algodão pode ser abreviada para alg^m, alg^o, algd^m e algd^o. Considerando outros erros de ortografia da carta e o assunto tratado, esta se mostra como a melhor opção de leitura para [Alaõ]. Para as abreviaturas de algodão ver Maria Helena Ochi Flexor. *Abreviaturas. Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3a. edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008. p. 32.

²¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB. Carta de Adandozan a D. João, 1810. Doc. 3, DI137, 62, fl. 6v.

²² Uma manta muito semelhante a esta é descrita por Christopher Spring como “tecido em tiras feitas em tear do nordeste da Nigéria que alterna listras brancas e tingidas com índigo”. Christopher Spring. *African Textiles*. Wakefield, Rhode Island: Moyer Bell. c.1997. pp. 22-23.

de algodão com padronagem de tabuleiro de dama (SEE-6439), todos com cerca de 4,00m x 2,50m.

Os comerciantes das caravanas de longo curso que percorriam o Sahel tinham em comum a fé muçulmana, formando uma forte rede comercial que se estendeu por toda a região que os árabes e berberes chamavam de *Bilad al-Sudan* (Terra dos Negros).²³ Embora existam estudos que já indiquem a existência de tecidos feitos a partir de tiras costuradas e tingidas em diversos padrões desde o século X-XI, e se saiba que as caravanas espalharam tais tecidos por toda a África ocidental não encontrei nos acervos de museus consultadas outro exemplar de um tecido com essa padronagem em nenhuma outra coleção de objetos do Daomé. Entender como ele pode ter chegado ao Daomé e mostrar como foi seu processo de museologização a partir daí é um modo de entender a história dos objetos e dos objetos africanos fora do contexto histórico no qual foram concebidos e de onde saíram para ser repensados e re-significados no universo dos museus modernos.²⁴

A manta de dados da coleção Adandozan está em razoável estado de conservação, considerados seus mais de 200 anos de existência.²⁵

Manta do Museu Nacional



Fonte: MN/SEE-6439. Foto: Mariza Soares.
Cortesia do Museu Nacional

Um detalhe da peça dá uma melhor ideia de sua composição a partir de tiras costuradas umas às outras, no sentido vertical. A junção das tiras listradas em azul e branco com uma fina faixa vermelha cria a padronagem do tipo tabuleiro de dama.

²³ Nehemia Levitzion. "Islam in the Bilad al-Sudan to 1800". In: Nehemia Levitzion e Randall L. Pouwels (orgs.) *The History of Islam in Africa*. Athens: Ohio University Press. 2000. pp. 63-64.

²⁴ Para uma reflexão sobre coleções africanas no Brasil escrevi um texto no qual reflito sobre minha experiência como curadora da coleção africana do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Mariza de Carvalho Soares. "A descolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a coleção African do Museu Nacional". In: João Pacheco de Oliveira e Rita de Cássia Melo (orgs.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: EdUFPB. (a sair 2018).

²⁵ Foi impossível encontrar na reserva técnica um local que permitisse uma foto integral na manta, assim como um enquadramento mais favorável.

Detalhe da manta do Museu Nacional



Fonte: MN/SEE-6439. Foto: Mariza Soares.
Cortesia do Museu Nacional

Encontrei mantas similares a essa em outros museus, muitas vezes com data e procedência incerta, porém todas mais recentes. A falta de informação por parte dos coletores e doadores faz com que a maioria delas seja identificada segundo critérios estilísticos a partir dos quais se deduz a procedência, com indicação de provável grupo étnico, ou país moderno. No caso das mantas com padronagem de tabuleiro de damas vindas do Mali ou Serra Leoa, ela se enquadra na descrição das mantas mandês.

Os povos mandês correspondem a um extenso número de grupos étnicos e a uma família linguística com cerca de 40 diferentes línguas hoje identificadas. Os povos mandês se espalham por toda a África ocidental, desde a floresta tropical até o Saara. Na história da arte africana se notabilizaram pela produção de tecidos feitos de longas tiras tecidas em pequenos teares verticais, unidas umas às outras até compor grandes panos coloridos à base de tinturas, especialmente o índigo.²⁶ Apesar dessa abrangência, encontrar uma manta mandé no Daomé foge aos padrões usuais, já que ali são esperadas peças associadas aos povos de língua fon e iorubá que vivem na região. A isso se acresce o argumento de que o Daomé é usualmente mais vinculado ao circuito comercial atlântico do que à rede comercial do Sahel por onde tais mantas circulavam. Assim sendo, tanto do ponto de vista estilístico quanto comercial, o pano de dados está fora do enquadramento etnográfico e museológico esperado para objetos encontrados no Daomé. Na contramão da tendência a minimizar a conexão do Daomé com as rotas muçulmanas do Norte, fui buscar na história da produção e comercialização dessas mantas um caminho para entender como uma manta com padronagem de tabuleiro de dama, reiteradamente identificada como mandê pode ter chegado ao Daomé e de lá ao Museu Nacional. Como a manta aqui estudada já estava em Abomé em 1810, fui buscar na historiografia e nas fontes da segunda metade do século XVIII o suporte para

²⁶ Para a tecelagem combinada à tintura com indigo ver Colleen E. Kriger. *Pride of Men. Ironworking in 19th Century West Central Africa*. Portsmouth, New Hampshire: Heinemann. 1999.

a análise.

Nenhum grupo de comerciantes tinha controle sobre a totalidade da longa rota entre o Mali e o Sudão Central onde os produtos passavam de um grupo de mercadores e a outro. Ao lado dos produtos economicamente mais rentáveis, aí circulava uma infinidade de outras mercadorias que eram compradas e vendidas a cada etapa da viagem. A partir dos registros de Valentim Fernandes (escritor, tradutor e editor que viveu em Lisboa nos primeiros anos do século XVI), Alberto da Costa e Silva dá uma rica descrição do comércio mandê:

[...] já em Tombuctu o comércio mudava de mãos e passava dos árabes e berberes para os mandês. Eram estes que adquiriam ouro em Bambuk, Buré, Lobi e no país acã. E a cola nas matas do sul da atual Guiné-Conacri e da Serra Leoa. E o sorgo e o milhete com que abasteciam os nomades cameleiros. E a pedra-hume de Bilma. E os tecidos marroquinos. E o cobre de Takedda e do Magrebe. E os bastões de ferro, as contas, as peles e os couros. Compravam em grosso e distribuíam a varejo. Mascateando de aldeia em aldeia e percorrendo, incansáveis, as feiras dos arredores, compravam em pequenino e juntavam as quantidades e os volumes para a venda a distância.²⁷

Os tecidos estavam entre os produtos que mais passavam de mãos, fáceis de transportar e vender. As mantas mandês certamente atendiam à demanda de boa parte dos compradores. É difícil avaliar quando o Daomé (constituído como unidade política ao longo do século XVII) se conectou a essa grande rota, e em que condições. Entretanto, a presença na Coleção Adandozan de uma manta mandê e outros objetos característicos desse comércio que também estão sendo estudados, mostra que essa conexão existia. Mais que isso, mostra que pelo menos a uma elite instalada em Abomé tinha acesso a uma variedade de produtos trazidos pelas caravanas, fossem eles caros ou baratos, de uso cotidiano, suntuário ou ritual.

Avançar nessa direção exige um esforço de interpretação das fontes e algum elemento novo que permita estabelecer novas correlações. A novidade da análise aqui apresentada é justamente a atenção sobre as mantas de tabuleiro de dama na virada do século XVIII para o XIX, que permite levantar uma hipótese sobre a participação do Daomé no circuito comercial saheliano.

As mantas mandês

Nas línguas mandês as mantas são chamadas *kosso walani* ou *kpokpo*. Esse termo foi apropriado pela catalogação museológica que assim se refere às mantas de tabuleiro de dama. Pelo que pude verificar esses termos designam mantas de em geral feitas em tear e não especificamente as de tabuleiro de damas. Estas últimas podem hoje ser adquiridas em leilões e *sites* de venda na internet, onde sua identificação geralmente reproduz a catalogação dos museus. As antigas são raras e caras. Boa parte da tecelagem em algodão e lã feita em tiras e com uso de tinturas e padronagens diversas é retrospectivamente associada ao Mali e teria se deslocado, pela aprendizagem da tecelagem, por toda a África ocidental, aí incluído o padrão tabuleiro de damas. No século XVIII tais mantas já eram produzidas em território Mandê na Serra Leoa. Vem dessa narrativa a identificação dessas mantas nas coleções museológicas como mandê ou fulani, ambos povos islamizados que ocupam a África ocidental ao longo do Níger, por onde circulam as caravanas

²⁷ Silva. *A manilha e o libambo*. pp. 164-165.

subsaarianas.²⁸ No caso das mantas do Musée du Quai Branly, das três que mais se aproximam do exemplar do Museu Nacional, duas são identificadas como "Sénoufo/Costa do Marfim" e uma como "Dogon/Mali".²⁹ Note-se que essas designações étnicas são marcadamente transnacionais e todas têm importante representação na rota entre o Mali e o Sudão central. Por outro lado, há concordância entre os estudiosos de que todas se reportam às mantas do Mali que, desde o século XI, integraram o circuito comercial da África ocidental, chegando depois a Serra Leoa.

A maioria dos exemplares que localizei em outros museus são da segunda metade do século XIX ou já do século XX, adquiridos em viagens e no comércio realizado pelos países europeus como parte da atuação colonial. A maior coleção conhecida pertence ao British Museum, em Londres, que inclui uma manta mandê (Serra Leoa) datada de c.1900.³⁰ A coleção de Serra Leoa do Brighton Museum and Art Gallery (Brighton, Inglaterra) inclui tecidos adquiridos por Thomas Joshua Alldridge (1847-1916) em 1899 e depois comprados pelo museu. Alldridge visitou Serra Leoa várias vezes entre 1871 e 1905, onde serviu como comissário distrital em Sherbro, entre 1894 e 1905. São identificadas como mandês.³¹ Uma outra manta do século XX pertencente ao Smithsonian Institute foi identificada como feita pelos bamanas que vivem nas margens do Níger, um subgrupo mandê. Na legenda da peça exposta no *site* do museu consta ainda que tais mantas, conforme o uso islâmico, eram usadas para dividir espaços no interior das casas, cobrir camas e assentos sobre o chão.³²

O Metropolitan Museum of Art-MET, de Nova York, tem um exemplar descrito como mandê ou fulani, do século XIX. Sua catalogação informa local de produção incerto: Mali, Níger (fulani) ou Serra Leoa (mandê). A peça é feita em algodão e lã, tintura natural, a partir de 15 tiras reunidas medindo ao todo 3,048m X 1,295m (3,94m²). Sabe-se apenas que foi comprada em Gana na década de 1870, por Joseph Upton, comerciante de Boston.

²⁸ Bamana é um subgrupo mandê, povo que se espalhou por toda a África ocidental, fortemente envolvido em atividades comerciais transcontinentais. Marion Johnson. "The Economic Foundations of an Islamic Theocracy - The Case of Masina". *The Journal of African History*. (1976) 17 (4): 481-495.

²⁹ Na ficha do inventário *online* as três mantas (*couverture*) correspondem aos números de registro 75.15608.61.2; 75.15576.1.4; e 73.1999.23.3. Nenhuma delas tem informação sobre coletor, data de coleta ou data de entrada no museu. Ver: <http://www.quaibrantly.fr/en/explore-collections/> [Acesso em 24.09.2018].

³⁰ Coleção do British Museum. Objeto número Af1987,10.1. Dimensão: 4,27m X 1,72m. Disponível online em: http://www.britishmuseum.org/research/collection_online/collection_object_details/collection_image_gallery.aspx?assetId=543623001&objectId=625781&partId=1 [Acesso em 24.09.2018].

³¹ Entre os exemplares duas mantas mandês de uso cerimonial, inclusive como mortalha: 1) composta por 13 tiras de tecido de algodão azul e branco terminando em franja. 1,43m x 3,39m. (ID WA506708); 2) composta por 16 tiras tingidas com índigo, formando quadrados e terminando em franja. 1,66m x 4,640m. Adquirida entre 1899-1904 (ID WA506712).

³² Smithsonian Institute. Objeto número 79-13-3 de meados do século XX. Categoria: manta; artesão/artista Bamana (Mali); material: algodão, tintura em índigo e comercial. Dimensão: 2,096m X 1,232m. Disponível online em: <https://africa.si.edu/collections/view/objects/asitem/People@1379/1?t:state:flow=a5964dce-5f8b-4f35-8c9c-ca1d8b546078> [Acesso em 24.09.2018].

A manta mandê do The Metropolitan Museum of Art, 1870

Textile

Mali or Niger (Fulani) or Sierra Leone (Mende or Temne), before 1880. Cotton and wool, 120 x 51 in. (304.8 x 129.5 cm). Rogers Fund, 1971 (1971.30)

This textile, with its checkerboard-within-checkerboard pattern, is a masterful example of the art of narrow strip weaving. The fabric is kept lively by subtle changes in the woven design and by additional embroidered motifs featuring triangles and chevrons. Bundles of warp threads produce thick lines at three-quarter-inch intervals, further dividing the pattern and emphasizing the fineness of the workmanship. The cloth consists of fifteen strips assembled edge to edge that were cut from a single continuous band woven on a horizontal double-heddle loom. Using this method, the weaver plans the patterns carefully, holding in mind an overall concept of what the finished textile will look like. Consistency is important if the strips are to align when sewn together. In this African region such weaving is usually a male occupation.

The origins of the textile are uncertain. Although purchased in the 1870s in Ghana by Joseph Upton, a Boston merchant, it does not resemble cloth produced there. Easily transportable, cloth has long been a valued trade commodity throughout West Africa. This textile most closely resembles textiles of the Fulani, who live along the bend of the Niger River; however, it also shares affinities with textiles of the Mende and Temne of Sierra Leone.

—K.B.



Fonte: *Textiles in The Metropolitan Museum of Art*. p. 71.³³

Quase todos os exemplares que localizei combinam o tabuleiro de dama com outros padrões. A manta do Museu Nacional tem padronagem homogênea. O De Young Museum (San Francisco, Califórnia) tem um exemplar assim, da segunda metade do século XX, em duas cores (azul e branco), e de apuro técnico bem inferior.³⁴ A manta que mais se assemelha à do Museu Nacional do Rio de Janeiro aparece sobre um estrado, em uma foto feita pelo famoso retratista Seydou Keita (1921-2001)³⁵

³³ Obra publicada como volume v. 53, n. 3/Winter do Boletim do MET, 1995-1996. O texto da legenda é assinado por Kathleen Bickford (K. B). Atualmente Berzock é Associate Director of Curatorial Affairs do Block Museum of Art, da Northwestern University, com especialização em arte Africana. Alisa LaGamma e Christine Giuntini. *The Essential Art of African Textiles*. The Metropolitan Museum of Art/Yale University Press: London/New Haven. 2008. Foto p. 13; texto p. 38. (obra publicada como parte da exposição do mesmo nome (2008). Ver <https://www.metmuseum.org/exhibitions/listings/2008/african-textiles/photo-gallery> [Acesso em 24.09.2018].

³⁴ Manta (ID 2004.8) coletada na segunda metade do século XX por Thomas K. Seligman, a quem agradeço a rica conversa sobre a constituição de sua coleção, hoje no De Young. Agradeço ainda ao *staff* do museu pela acolhida para pesquisa em junho de 2018, com recursos de minha bolsa de pesquisa do Cnpq.

³⁵ Seydu Keita (1921-2001), nascido no Mali, abriu seu primeiro *studio* em Bamako em 1948, onde provavelmente essa foto foi feita. Foto sem título, conhecida como Olympia (c.1956); original pertence ao MET, ID 1997.267; doação anônima, em 1997.

Manta de tabuleiro de dama, foto de Seydou Keita, c. 1956

Figure 4.
Seydou Keita (Malian, 1921?– 2001),
Untitled [Portrait of a Woman or “Olympia”],
1956–57, printed 1995. Gelatin silver print,
15 $\frac{3}{8}$ x 21 $\frac{3}{8}$ in. (39.1 x 55.2 cm). The
Metropolitan Museum of Art, New York,
Anonymous Gift, 1997 (1997.267)



Fonte: Alisa LaGamma e Christine Giuntini.

The Essential Art of African Textiles. The Metropolitan Museum of Art/Yale
University Press: London/New Haven. 2008. Detalhe da página 13.

A manta “de dados” enviada por *dadá* Adandozan a dom João em 1810 se enquadra na descrição das mantas chamadas mandês produzidas em Serra Leoa. O Daomé não tinha comércio direto com os mandês ou bamanas de Serra Leoa. Tais mantas, se vindas de tão longe, seguiram um longo caminho e passaram por muitas mãos. Essa longa rota foi também o veio condutor das técnicas de tecelagem e tintura que resultam nessa padronagem, desde o Mali até Serra Leoa. Para melhor entender o percurso das mantas mandês foi necessário entender o próprio comércio das caravanas e seus roteiros.

O comércio muçulmano no Daomé no século XVIII

A presença de grupos muçulmanos no Daomé no século XVIII é destacada por vários autores. O historiador Robin Law escreveu um excelente artigo sobre o tema. Desde então não

foram identificadas novas fontes e pouco se questionou sobre sua síntese.³⁶ Como destaca Law, a presença muçulmana na África ocidental foi estudada principalmente no que concerne às áreas do Sahel, com pouca atenção ao Daomé (ele usa a grafia *Danxome*), onde o Islã nunca foi predominante. Mahdi Adamu e mais recentemente Nehemia Levitzon não fogem a essa regra. Mahdi Adamu, que foi professor da Universidade de Sokoto (hoje Universidade Usmanu Danfodiyo), analisa o comércio haussá e embora explore as conexões com o Daomé, não é esse seu tema central. Nehemia Levitzon (1935-2003), estudioso da história da África e do Islã africano em particular, em seu livro sobre o período pré-colonial se concentra na bacia do Volta, e não inclui o Daomé. Antes deles, Paul Marty (1882-1938), um administrador colonial francês, publicou um livro sobre o Islã no então território colonial francês, aí incluído o Daomé, mas restrito aos séculos XIX e XX.³⁷

Segundo Law, na África Ocidental a expansão islâmica se deu segundo dois padrões, ambos resultado da penetração de imigrantes muçulmanos em áreas periféricas ao Islã: no primeiro caso, o Islã ganhou adeptos convertendo pelo menos parte da população local. É o caso das cidades haussás de Katsina e Kano³⁸ e dos iorubás de Oió; no segundo, os muçulmanos foram incorporados enquanto minorias, mas não conseguiram converter uma proporção significativa da população local, permanecendo como praticantes de uma religião de imigrantes estrangeiros. Isso aconteceu entre os ashantis e no Daomé. À diferença dos “nativos convertidos” das cidades haussás, Law classifica os muçulmanos do Daomé como “imigrantes naturalizados”.³⁹ O texto de Law permite concluir que existem escassos registros da presença de muçulmanos no Daomé no século XVIII, e menos ainda indicações de que essa presença estivesse restrita a comerciantes de uma etnia ou local de procedência particular. Ainda segundo Law, as fontes europeias permitem apenas intuir que os muçulmanos do Daomé teriam vindo tanto de Oió e das cidades haussás, quanto do território Ashanti.⁴⁰ Para retomar o tema parti das fontes e da historiografia utilizada pelo próprio Law para repensar essa pouco explorada questão.⁴¹

Apesar de divergências sobre o início da migração de grupos muçulmanos originários do Songhai (Mali) para oeste até o território haussá, há concordância de que, por volta desse século XVI, já havia entre os haussás uma significativa população islamizada, assim como imigrantes muçulmanos comerciantes ali estabelecidos que fizeram crescer seu comércio em Katsina, e em menor proporção de Kano. Esses comerciantes reportavam sua ancestralidade aos mandês e ao antigo império do Songhai.⁴² No século XVI já existia a rota entre essas cidades haussás (na atual Nigéria) e Kumasi (na atual Gana) para comércio da noz de cola trazida das florestas ashantis em troca do sal trazido de Bilma (no atual Níger). Como complemento negociavam escravos, couro, tecidos, peles de animais, hena, sempre algum ouro. Parte dos produtos era usado para o manejo

³⁶ Robin Law. “Islam in Dahomey: a case study of the introduction and influence of Islam in a peripheral área of West Africa”. *The Scottish Journal of Religious Studies*. vol. VII, n. 2 (Autumn), 1986: 95-122.

³⁷ Paul Marty. *Études sur l’Islam au Dahomey*. Paris: Éditions Ernest Leroux. 1926 (2 vols.); Nehemia Levitzon. *Muslims and Chiefs in West Africa: a Study of Islam in the Middle Volta Basin in the Pre-Colonial Period*. Oxford: The Clarendon Press 1968; Mahdi Adamu. *The Hausa Factor in West African History*. Zaira, Nigeria: Ahmadu Bello University Press/Oxford University Press. 1978.

³⁸ No início do século XIX o comércio de Katsina foi superado pelo de Kano. Como o presente texto aborda o período de declínio de Katsina e ascensão de Kano, menciono sempre as duas cidades lado a lado.

³⁹ Law. “Islam in Dahomey”. pp. 96-97.

⁴⁰ Law. “Islam in Dahomey”. pp. 101-102. (e notas 28 e 29). Para Oió e as cidades haussás a fonte é *Notes on Africa*, de G. A. Robertson, 1819; para os ashantis *Journal of a Residence in Ashantee*, de Joseph Dupuis, 1824.

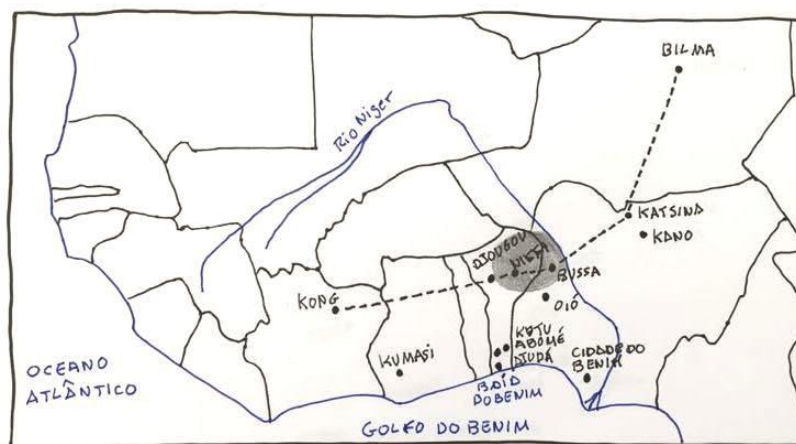
⁴¹ Em especial: Levitzon. *Muslims and Chiefs in West Africa*; Paulo Fernando de Moraes Farias. “Borgu in the Cultural Map of the Muslim Diasporas of West Africa”. In: John Hunwick e Nancy Lawler (eds.). *The Cloth of Many Colored Silks. Papers on History and Society Ghanaian and Islamic in Honor of Ivor Wilks*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press. 1996. pp. 259-286.

⁴² Julius Adegunle. “Borgu and Economic Transformation 1700-1900: The Wangara Factor”. *African Economic History*. n. 22 (1994). p.1.

das próprias caravanas.⁴³

A meio caminho entre Kumasi e as cidades haussás (Katsina e Kano, na atual Nigéria) ficava o território de Borgu (em parte no atual Benim e em sua maior parte na atual Nigéria⁴⁴), ocupado por populações nativas e migrantes há séculos pressionadas por conflitos locais e razias em busca de escravos que eram transportados pelas caravanas.

Rota da noz de cola e do sal entre Kong e Bilma⁴⁵



Fonte: croquis da autora, tomando como base o GoogleMaps.

Enquanto o estabelecimento dos comerciantes muçulmanos que se identificavam como wangara no território Haussá foi acompanhado da conversão da população local ao Islã entre os séculos XIV e XVI, a adesão majoritária ao Islã da população de Borgu só ocorreu a partir do início do século XVIII. Do século XVI até o início do XVIII, os wangaras de Borgu permaneceram como um grupo migrante minoritário de grandes comerciantes muçulmanos, que se beneficiaram da posição estratégica da região para a rota das caravanas que ali podiam fazer parada.⁴⁶ No século XVIII seus principais centros comerciais e religiosos do território de Borgu eram Djougou (população dendi) e Nikki (população bariba), ambos sob a esfera de influência dos comerciantes wangaras.

Para Paul Lovejoy, os wangaras eram originalmente negociantes do Songhai que se deslocaram e foram se estabelecer ao longo da rota da noz de cola, em particular na região de Borgu e nas cidades haussás. A essa migração Lovejoy dá o nome de “diáspora wangara” na África ocidental. Em Borgu eles permaneceram como um grupo de imigrantes, separados na população local; nas cidades Haussá se misturaram à população local de modo mais efetivo. Para o século XVIII Nehemia Levitzion acentuou a presença dos wangaras em Katsina, cidade fundada entre os séculos X e XI, tributária de Borno (na atual Nigéria).⁴⁷ O historiador Julius Adekunle define os wangaras como uma comunidade comercial imigrante estabelecida em Borgu no século XVIII. Sobre eles diz

⁴³ Paul E. Lovejoy. *Caravans of Kola. The Hausa Kola Trade, 1700-1900*. Zaira, Nigéria: Ahmadu Bello University Press. 1980. p. 34. Sobre o ouro ver Law. “Islam in Dahomey”. pp. 101-102.

⁴⁴ O antigo território de Borgu foi dividido entre as possessões francesas e inglesas. Hoje no Benim corresponde aos departamentos Borgu e Alibori no Benim, e ao emirado de Borgu, na Nigéria.

⁴⁵ O contorno dos atuais países tem como finalidade facilitar a localização da rota assim como das cidades assinaladas.

⁴⁶ Lovejoy. *Caravans of Kola*. p. 30.

⁴⁷ Lovejoy. “Wangara Merchants”. p. 131-133; Nehemia Levitzion. “Islam in the Bilad ad-Sudan to 1800”. In Nehemia Levitzion e Randall L. Pouwels (eds.) *The History of Islam in Africa*. Athens: Ohio University Press. 2000. pp. 82-84.

que no início do século XVIII ali organizaram uma nova rede comercial.⁴⁸

Entre os produtos negociados pelos wangaras estavam as chamadas mantas de algodão trazidas a esta altura não mais do Mali, mas do território Mandê no interior da Serra Leoa. As chamadas mantas mandês diferem bastante das mantas produzidas pelos fulanis e haussás. Ambas são comuns nas coleções dos museus e publicações sobre a tecelagem na África ocidental. Embora se reportem tecelagem do Mali, são bem diferentes. Nas mantas mandês predomina o uso do algodão e a padronagem com desenhos geométricos de várias cores (listras, tabuleiro), como é o caso na manta do MET. Já as mantas fulanis e haussás (chamadas *khasa*) são predominantemente feitas em lã crua de camelo e ovelha, com detalhes marrom e desenhos como que bordados, geralmente em preto.⁴⁹

Conforme as rotas apresentadas por Lovejoy, o Daomé estaria conectado com Oió (cidade iorubá) e às cidades haussás (Katsina e Kano). Dificilmente mantas mandês competiriam com as mantas localmente produzidas em território Haussá. Mas pelo que se constata, a partir da identificação da manta mandê na Coleção Adandozan, elas chegavam ao Daomé. A entrada ali de tais mantas aponta para o fato de que, em alguma medida, o Daomé tinha conexões com o lado ocidental da longa rota entre Kong e Katsina, que passava por Borgu, bem ao norte de Abomé, e onde também ficava o importante desvio para o sul em direção a Kumasi (Ashanti), onde os wangaras compravam noz de cola para levar a Katsina.⁵⁰ Talvez por sua estreita conexão com o comércio atlântico de um lado (Paul Lovejoy) e por sua não inserção no universo islâmico de outro (Robin Law), o Daomé está praticamente ausente de todos os estudos sobre as rotas de comércio interior da África ocidental entre os séculos XVII e XIX. Pensar a conexão do Daomé com Borgu não é ir contra a historiografia estabelecida, e sim explorar seus silêncios.

Em seu livro *Caravans of Kola* (1980), Lovejoy apresenta um mapa com as principais rotas comerciais das caravanas de noz de cola que, no século XVIII, passavam pelas cidades de Djougou (ou Kilir-Wangara) e Nikki (principal cidade no território Borgu).⁵¹ Em *Ecology and Ethnography* (2005) o autor retoma o tema do comércio de longa distância. Embora o texto mostre detalhadamente a importância de Borgu, já assinalada em textos anteriores, não há no mapa referência a Borgu.⁵²

Rota comercial entre Kong e Katsina

Paul Lovejoy apresenta um croquis que abarca um conjunto de rotas da África Ocidental. A simplicidade do desenho e a ausência de informação sobre vários pontos do trajeto dificultam a identificação dos diferentes segmentos da rota, em especial os de dimensão e importância

⁴⁸ Julius Adegunle. "Borgu and Economic Transformation 1700-1900: The Wangara Factor". *African Economic History*. N. 22, 1994. pp. 3-4, 9. Julius O. Adegunle. *Politics and Society in Nigeria's Middlebelt: Borgu and the Emergence of a Political Identity*. Trenton/Asmara: African World Press. 2004. pp. 83, 107, 152-153.

⁴⁹ O MET tem um exemplar identificado como Fulani do Mali, século XX, feito em lã. Disponível online em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/317866> [Acesso em 24.09.2018].

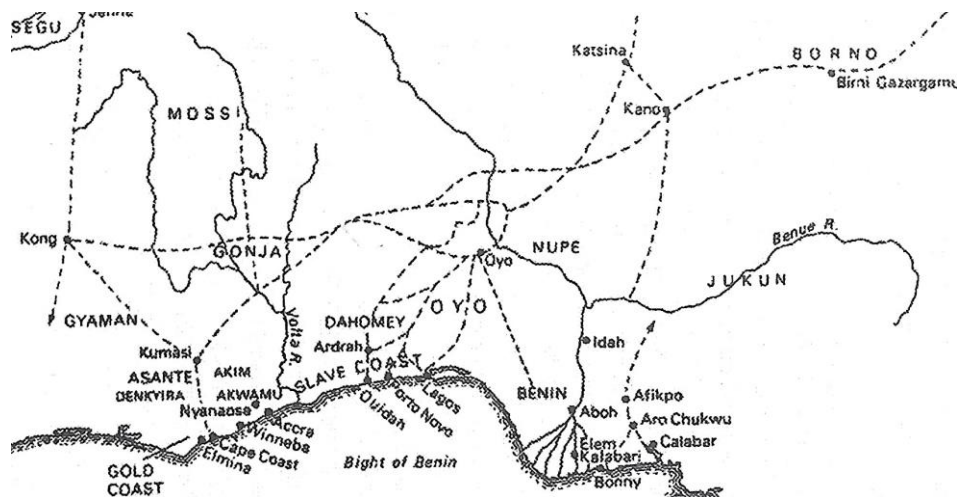
⁵⁰ Relembro que em 1870 Joseph Upton adquiriu em Gana a manta mandê do MET, provavelmente para lá levada por comerciantes ashantis ou wangaras que transitavam nesse trecho da rota.

⁵¹ No século XIX a rota a Kumasi a Kano passava por Salaga (cidade fundada no início do século XIX) tendo como destino principal Kano, e não mais Katsina. Nehemia Levitzion. "Salaga – a nineteenth century trading town in Ghana". *Asian and African Studies*, vol. 2, p. 213; Lovejoy. *Caravans of Kola*. mapa: "Nineteenth century trade routes between Asante and the Sokoto Caliphate". p. 30.

⁵² Paul E. Lovejoy. "Wangara Merchants in the Central Sudan in the Fifteenth and Sixteenth Century". *Ecology and Ethnography of Muslim Trade in West Africa*. Trenton, New York: Africa World Press. 2005. pp. 129-153.

minoritárias.

Rotas da África ocidental no século XVIII



Fonte: Paul E. Lovejoy. *Ecology and Ethnography of Muslim Trade in West Africa*. Trenton, New York: Africa World Press. 2005. p. 159.

O croquis não mostra o território de Borgu nem tampouco as cidade de Djougou e Nikki ai existentes. Essa ausência pode induzir o leitor a pensar que as conexões do Daomé (cuja capital Abomé não está assinalada) se direcionam para o território Iorubá, especialmente através e Oió que aparece duas vezes (território e cidade do mesmo nome). Fica também difícil combinar os trajetos assinalados com sua afirmação de que embora as rotas entre o litoral e o interior estejam assinaladas, “os europeus estavam confinados à costa e não lhes era permitido aprender sobre a geografia ou a economia do Daomé, enquanto os mercadores muçulmanos do norte tinham seus movimentos cuidadosamente controlados”.⁵³

Na sequência desse argumento Lovejoy explica que os muçulmanos eram autorizados a frequentar Abomé mas não estavam autorizados a ir mais para o sul. Completando esse argumento afirma que aqueles que chegaram ao litoral “parece terem viajado ao longo do Níger e pelas lagoas costeiras”, ou seja, a leste do Daomé, e não atravessando esse território. Nessa rota passariam por Oió e outras cidades Iorubás. Em resumo, contornando – e não cruzando – o território do Daomé.⁵⁴ Essa possibilidade claramente não pode ser descartada, assim como a de que outra rota contornando o Daomé se fazia pela fronteira oeste, no caso passando por Ardra, para chegar a Ajudá, como indica o próprio croquis. A questão que se coloca aqui não é se comerciantes muçulmanos chegavam ou não à costa no século XVIII. O que precisa ser pensado é que territórios

⁵³ Lovejoy. *Caravans of Kola*. p. 24.

⁵⁴ Segundo Lovejoy: “Mercadores muçulmanos eram autorizados na capital no norte provavelmente porque o [seu] centro político estava localizado na savana, em contraste com o Daomé e Ashanti. Significativamente, os muçulmanos não podiam chegar até mais ao sul, e aqueles que chegaram à costa, ao que indica, viajaram descendo o rio Níger e pelas lagoas ao longo da Costa da Guiné.” Lovejoy. *Caravans of Kola*. p. 24.

cruzavam ou evitavam, o que compravam e vendiam ao longo do caminho, os riscos enfrentados, e que alianças faziam para garantir o sucesso dessas viagens desde Borgu até o litoral, em um trajeto de cerca de 600 km de distância.

Joseph Dupuis, o consul inglês que negociou acordos com os ashantis em 1820, registrou a grande capilaridade de um conjunto de rotas minoritárias ao sul da grande rota que ligava o Mali, via Borgu, ao Sudão central. Na ocasião ouviu sobre um homem de Gonja que visitara Kumasi, o território Haussá e o Daomé (indicados no mapa de Lovejoy). As caravanas levavam peregrinos, comerciantes, líderes religiosos e outros tipos de viajante. Perseguir seus caminhos é o melhor modo de entender a vida de um grande contingente de pessoas que –fossem elas parte das caravanas ou parte do suporte que estas necessitavam para se deslocar ao longo do caminho – dependiam das caravanas para viver e ter qualquer forma de conexão com o mundo para além dos limites de sua localidade.

Dupuis indica um caminho chamado de “Wangara central”, usado pelos “muçulmanos”, possivelmente se referindo aos comerciantes wangaras, mas não pelos nativos.⁵⁵ Em Quahou o caminho se bifurcava, sendo que a ramificação do norte (segundo sua nomenclatura) circundava os montes do território Maki (vizinho do Daomé na fronteira norte) e levava às cidades de Fosoko, Arico, Chaca, Gbolamto, Meami, Atoy e Abomey (Abomé).⁵⁶ Havia um caminho que ligava Zogho (Djougou) a Abomé; e outro que ligava Yandy (cidade na terra dos Dagomba) a Abomé, possivelmente também atravessando o território Maki. Descreve também rotas minoritárias por ele chamadas “estradas menores e caminhos”. Entre elas cita um caminho extremamente perigoso que saía do território Ashanti em direção ao Daomé, passando por Aquambo. Sobre o comércio na região informa ainda que esses comerciantes supriam “os confins” do Daomé de diversas mercadorias.⁵⁷ Esses caminhos mostram como cada pequena localidade se conectava à rota principal integrando-se a uma rede extremamente ramificada cuja densidade em termos de movimento de pessoas e mercadorias é difícil de ser avaliada. Pode-se ainda estimar que em tais trechos, assim como em outros segmentos da rota, haviam pequenos entrepostos, ou mesmo chefias locais, que atendiam à demanda dos poucos comerciantes que por aí passavam. As visitas de muçulmanos a Abomé descritas por Snelgrave e Norris, reforçam a existência desse comércio.

Lovejoy argumenta que comerciantes estrangeiros não eram autorizados a frequentar Abomé e Kumasi, por isso faziam percursos alternativos que contornavam o território daomeano. O comércio de escravos dos muçulmanos com o litoral certamente desagradava ao Daomé, na medida em que estabelecia uma concorrência com seu próprio negócio. Daí os enfrentamentos e tensões que devem ter resultado na apreensão de caravanas e a captura de comerciantes. Por outro lado, isso não significa que todo comércio com os wangaras fosse proibido, especialmente o comércio de mercadorias estrangeiras trazidas pelas caravanas até Abomé.

O argumento de Law de que o Islã penetrou em território daomeano não por interesse no comércio local, mas tendo em vista o acesso ao comércio atlântico de escravos combina com o argumento de Lovejoy e, antes dele, com o de John Fage, que alega serem os muçulmanos

⁵⁵ Segundo Dupuis o vasto território Wangara se estende desde a Costa do Ouro e da Costa dos Escravos (que corresponde grosso modo à Costa da Mina) até o Níger. Joseph Dupuis. *Journal of a residence in Ashantee*. Printed for Henry Colburn. London: 1824. p. XL.

⁵⁶ O território Maki fica situado ao norte do Daomé e ao sul de Borgu por isso precisa necessariamente ser atravessado ou contornado para se ir de um lado a outro. Os makis foram extensamente traficados para ao Brasil e aqui eram conhecidos como maquinos, makiis ou makis. Na historiografia inglesa e francesa moderna são denominados “Mahi”. Ver Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. (especialmente capítulo 6).

⁵⁷ Segundo Dupuis o Daomé era tributário do sultão de Djougou. Dupuis. *Journal of a residence in Ashantee*. pp. XXXVII-XXXIX, XL, XLVI, LII, XXXIV.

encontrados no Daomé no século XVIII prisioneiros (ou comerciantes aprisionados) e não comerciantes em trânsito ou estabelecidos.⁵⁸ Por outro lado, esses autores subestimam a importância do comércio em Abomé que, mesmo com baixo impacto econômico, atendia a uma demanda regular de bens importados (sal, mantas, artesanato em couro, entre outros). O que esse debate indica é uma certa autonomia entre o interesse por esse comércio capilarizado de mercadorias, de um lado, e o esforço para barrar o acesso direto dos comerciantes wángaras aos comerciantes europeus para o comércio de escravos. Seguindo esse argumento, é possível pensar que os muçulmanos vistos na Costa dos Escravos em 1704 pelo oficial naval francês Chevalier des Marchais podiam ser wángaras de Borgu, ávidos por novos mercados.⁵⁹ Já estabelecidos no interior, e talvez até mesmo sabendo da chegada do ouro do Brasil à costa, tenham vindo explorar as possibilidades de comércio direto com os europeus.⁶⁰ Seu comércio exploratório, entretanto, nada tinha a ver com outros, ou até com os mesmos comerciantes vendedores de mercadorias da rota do norte em Abomé, tais como mantas, noz de cola, artesanato em couro e outros luxos desejados pelos *axóssú* e demais dignatários de Abomé.

Os malês do Daomé

Em 1727, cerca de 20 anos depois de Chevalier de Marchais fazer o primeiro registro da presença de muçulmanos no litoral da Costa da Mina, o capitão inglês William Snelgrave testemunhou a presença de muçulmanos em Abomé. Por ocasião de sua entrevista de despedida com *dadá* Agaja (*axóssú* entre 1708 e 1740), Snelgrave conheceu dois “cavalheiros negros” (*black gentlemen*) vestindo longas túnicas, turbantes e sandálias. Foi informado pelo tradutor serem malês (“*Malayes*”), uma nação do interior, vizinha aos mouros (“*Moors*”). Registrou ainda que naquela ocasião havia 40 deles acampados em Abomé por terem, em diferentes ocasiões, sido aprisionados enquanto comerciavam em meio a guerras do Daomé contra povos vizinhos. Como o próprio Snelgrave, estavam vivendo em tendas no chamado “campo”, local fora dos muros do palácio destinado aos visitantes. Snelgrave informa ainda que eram tratados gentilmente porque conheciam a arte de tingir e fazer objetos de couro. Quis conversar com eles, mas foi desaconselhado.⁶¹

Algumas décadas depois, Robert Norris, também comerciante inglês, presenciou uma visita feita a *dadá* Tegbesu (*axóssú* entre c.1740 e 1774) por um grupo de doze comerciantes malês. Assim como Snelgrave, descreveu o grupo vestindo túnicas e turbantes, e informou que falavam e escreviam em árabe. Norris destacou que foram muito bem recebidos e que no final “da sua longa quaresma do *Ramadan*”, quando estavam para partir, foram festejados com o abate de um elefante.⁶²

⁵⁸ John D. Fage. “Introduction”. In: Archibald Dalziel. *History of Dahomy*. p. 19 e nota *, p. 49.

⁵⁹ Law. “Islam in Dahomey”. p. 98.

⁶⁰ Mariza de Carvalho Soares, “Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benim, século XVIII”. In Mariza de Carvalho Soares (org.) *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF. 2007. pp. 65-99. Estou atualmente escrevendo um novo texto onde retomo o argumento desse capítulo e analiso mais detalhadamente a diversidade de pequenos grupos que ocupam o território entre o Daomé ao sul e os dendis e baribas que ocupam o território controlado pelos comerciantes wángaras ao norte, no século XVIII. Uma versão preliminar do texto foi apresentada sob o título de Um confronto de historiografias, parte da mesa redonda Os minas em Minas (VI EIH, Natal, setembro de 2018)

⁶¹ William Snelgrave (Captain). *A New Account of Some Parts of Guinea and the Slave Trade* (1734). Londres: Frank Cas & Co. Ltd. 1971. pp. 79-80.

⁶² Robert Norris. *Memoirs of the Reign of Bossa Ahádee king of Dahomy an Inland Cuntry of Guiney*. (1789) London: Frank Cass & Co. Ltd. 1968. p. 103.

A combinação das duas descrições permite saber um pouco sobre quem eram os muçulmanos que estiveram em Abomé no século XVIII. A referência de Snelgrave ao trabalho em couro indica a habilidade dos muçulmanos nesse artesanato, notícia reforçada por Norris. Em 1810, entre os presentes enviados por Adandozan a dom João estavam duas bolsas, dois alforjes, dois pares de sandália e dois abanos feitos em couro com adornos de diversas cores. Norris acrescentou que falavam árabe e vinham do norte (confins do Marrocos). Informou ainda que faziam comércio em várias partes da África, o que indica que estavam ali de passagem. Não disse o que vendiam, fazendo crer que essas negociações eram privadas. Nenhum dos dois viajantes/comerciantes fez menção à venda de tecidos ou deu indícios sobre produção local de tecidos por muçulmanos sazonais ou residentes. Por fim, tanto Snelgrave quanto Norris destacaram a boa acolhida que receberam. A referência ao elefante, arriscaria dizer, mostra ser a presença dos Malês mais celebrada que a dos comerciantes europeus, que nunca noticiaram distinção equivalente.

Em 1797 dois religiosos católicos foram a Abomé tentar implantar um projeto de conversão de *dadá* Agonglo (*axóssú* entre 1789 e 1797). A viagem ficou registrada na obra assinada por Ferreira Pires, que informa não apenas a presença temporária de muçulmanos em Abomé, mas a existência de uma pequena povoação “Malé” junto ao palácio, formada por um grupo de imigrantes do Norte:

[...] há, em Dahomé, uma pequena povoação onde existe, com licença do Rei, certa porção de moiros pretos chamados Malés, que são de uma Nação confinante com a de Dahomé, pela parte do Norte. O Rei tem com eles uma íntima aliança, pelo interesse do seu negócio; pois que fazem bons panos pintados e tecidos;⁶³

Essa descrição avança em relação às anteriores em três aspectos. Em primeiro lugar, reforça que os chamados Malês vinham do Norte; em segundo, reforça a estreita relação (“íntima aliança”) entre eles e o *axóssú*. Fica a dúvida se a proximidade seria apenas com os indivíduos ali radicados ou com o Norte, de onde o grupo se deslocara. Por fim, reforça serem eles artesãos ocupados com couros e tecidos. Mais uma vez fica a dúvida se tais tecidos seriam produzidos localmente (usa a expressão “fazem bons panos pintados e tecidos”) ou trazidos do norte.

No século XVIII, excetuando-se os comerciantes ashantis de Kumasi, todos os demais ao longo dessa rota entre Kumasi e o território Haussá eram muçulmanos, o que dificulta sua identificação. Ao longo da década de 1980 cresceu o interesse pelo estudo dos povos islamizados da África ocidental. Um destacado historiador, John D. Fage (1921-2002), que prefaciou e comentou a reedição da obra de Dalzel, se deteve no tema. Segundo ele, o termo “*mallais/mallayes*” parece vir da palavra haussá *mallam* que corresponde a *ulumã* em árabe.⁶⁴ Fage conhece os relatos de língua inglesa, mas ignora Pires Ferreira e, conseqüentemente, a existência de uma comunidade malê de imigrantes em Abomé durante o governo de *dadá* Agonglo. Fage conclui que “quase certamente” os “*mallais/mallayes*” eram comerciantes Haussá, ocasionalmente aprisionados ao longo de seu trajeto entre o território lorubá e o Daomé. Dito isso, considera encerrada a questão.⁶⁵

⁶³ Vicente Ferreira Pires. *Viagem de África em o reino de Dahomé*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957. p. 134. Cerca de 14 anos depois, em 1810, a variedade de objetos de couro enviados a dom João reforçam a apreciação desses produtos: dois pares de sandália, dois abanos, duas bolsa de tabaco e dois alforjes. Sobre a obra de Ferreira Pires ver: Júnia Ferreira Furtado. “O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé”. IN: *Anais Eletrônicos do 14o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte: UFMG. 2014.

⁶⁴ Fage, “Introduction”. p. 19. Sobre as caravanas ver Paul E. Lovejoy. “Mercadores e carregadores das caravanas do Sudão Central, século XIX”. *Tempo*. vol. 10, n. 20, 2006. pp. 50-71.

⁶⁵ Em português a palavra dicionarizada é “imã”, sacerdote muçulmano. *Dicionário online Caldas Aulette*. <http://www.aulette.com.br/imã>.

A única referência sobre a procedência de tais muçulmanos, tanto na obra de Dalzel quanto de Snelgrave e Norris, é que viriam do “Norte”, confinando com os mouros, e não de Nordeste, onde fica o território Haussá (embora aqui Norte possa ter sido aplicado num sentido mais amplo). Não há, além da etimologia da palavra, qualquer indicação de que os tais malês fossem haussás ou wangaras, vindos do território Haussá.⁶⁶ O que se tem, a partir das fontes coevas, é que em 1727 Snelgrave viu prisioneiros muçulmanos em Abomé fazendo artesanato em couro; que na segunda metade do século XVIII Norris testemunhou a presença de comerciantes muçulmanos em Abomé; e por fim, que em 1797 Pires Ferreira viu uma comunidade de artesãos muçulmanos vindos do norte, instalada em Abomé, protegida pelo *axóssú*, que ali produziam objetos artesanais de sua especialidade. Essas características se adequam a qualquer grupo islamizado e não exclusivamente aos haussás.

Ao identificar os malês como haussás, Fage elimina a hipótese de uma conexão entre Abomé e Borgu. Como já apontado por Robin Law, as fontes indicam o contrário. Paralelo ao grande circuito de comerciantes de escravos, sal, tecidos, noz de cola, natron e ouro existiam outros que a ele se entrelaçavam, fazendo circular, em escala menor, mas não de modo menos intenso, pessoas e mercadorias. De um modo ou de outro esse comércio atendia também a localidades de pouca expressão no conjunto da grande rota, mas que tinham relevância regional, como foi o caso de Abomé. A tese de Paul Lovejoy de que os muçulmanos que frequentavam o Daomé seriam wangaras vindos do território Haussá complexifica o argumento de Fage, mas não foge totalmente a ele.⁶⁷ Para além dessa afirmação é possível pensar uma alternativa não explorada por esses autores para a presença de comerciantes da região de Borgu em Abomé.

Os grandes comerciantes wangaras de Borgu mantinham comércio tanto com Kumasi quanto com o território Haussá. Ao lado deles existiam ainda comerciantes de menor porte restritos ao comércio local e regional. Segundo Lovejoy o nome wangara se aplica apenas aos comerciantes de longa distância e não à população em geral ou mesmo aos comerciantes locais.⁶⁸ Já Adekunle distingue os “wangaras itinerantes” (comerciantes de longa distância) dos “wangaras de Borgu” (comerciantes locais) cuja função principal seria suprir o grupo itinerante.⁶⁹ Certamente esses comerciantes de menor porte que compravam gado, manteiga de carité, marfim, escravos, contas de vidro e outras mercadorias listadas por Adekunlé certamente concorriam com outros comerciantes das cidades iorubás. O território ao sul, ocupado pelos makis e o norte do Daomé possivelmente era mais acessível para esse comércio. Pode-se aventar que por estarem mais voltado para o comércio atlântico os comerciantes do Daomé tenham exercido menos pressão e aceitado algumas parcerias com seus vizinhos do norte. Os comerciantes do Daomé, na verdade, podiam se beneficiar dessa ligação tanto para venda de animais e peles, quanto para a importação de outras mercadorias não oferecidas pelo comércio com os europeus. É possível ainda que, apesar de suas conexões com os grandes comerciantes wangara, em alguma medida esses comerciantes atuassem por conta própria em pequenos negócios.

Os wangaras, aí entendidos no sentido usado por Adekunle, tanto grandes quanto pequenos comerciantes vindos de Borgu, seriam então uma alternativa ao comércio haussá em Abomé apontado por Fage e Lovejoy. Essa segunda hipótese abre novas perspectivas para o entendimento de quem seriam os malês do Daomé. Nesse caso os comerciantes que mantinham contato com Abomé poderiam ser grandes comerciantes wangaras, recebidos com pompa pelos *axóssú* que em sua honra sacrificava elefantes, ou comerciantes menores igualmente sediados em

⁶⁶ Na rota da noz de cola a língua haussá era uma língua franca, fartamente utilizadas nas transações comerciais.

⁶⁷ Lovejoy. *Caravans of Kola*. p. 34; Lovejoy. “Wangara Merchants in the Central Sudan in the 15th and 16th centuries”. In Lovejoy. *Ecology and Ethnography*. pp. 129-153.

⁶⁸ Lovejoy. “Wangara Merchants”. p. 131-133.

⁶⁹ Não fica claro se essa distinção operava no século XVIII. Adekunle. “Borgu and Economic Transformation”. pp 13.

Borgu, de onde saíam em pequenas incursões, arriscando seu comércio em território Iorubá, Maki e no próprio Daomé. Um certo número deles terminou em Abomé, uns como prisioneiros, outros como artesãos sazonais ou imigrados, sob a proteção do *axóssú*. É ainda possível arriscar que entre eles existissem também comerciantes vindos do território Haussá. Assim como o Daomé nunca deu exclusividade aos comerciantes europeu da costa, possivelmente manteve com as caravanas a mesma política. Os malês do Daomé não seriam então um grupo no sentido organizacional, teriam se constituído como grupo ao longo do tempo, em função de vários fatores que os reuniram em Abomé ao longo do século XVIII, fazendo surgir uma comunidade muçulmana dedicada ao artesanato que atendia tanto à demanda local quanto ao comércio do norte, especialmente aos comerciantes de Borgu, que precisavam de material para suprimento de suas caravanas, em especial couros, matéria prima que parecia ser farta no Daomé.

Embora o Daomé seja usualmente descrito como política e comercialmente ligado às cidades Iorubás, e indiretamente ao território Haussá, sua conexão com Borgu alarga os horizontes da inserção do Daomé nesse grande circuito comercial do Norte, chegando até o território Ashanti. Pensar como essa conexão se fazia enfrenta o problema de acesso às fontes. Entretanto, nas entrelinhas dos relatos disponíveis é possível perceber alguns detalhes interessantes. A presença amigável de muçulmanos, possivelmente comerciantes *wangaras* ou a eles associados, no Daomé no tempo dos *axóssú* Tegbesu e Agonglo, contrasta fortemente com a imagem de *dadá* Adandozan deixada por Joseph Dupuis: um perseguidor de muçulmanos, chamado *Kaifar ben al Koufar* (o infiel dos infiéis).⁷⁰ Robin Law compartilha com essa versão. É preciso pensar o contexto dessa acusação. *Dadá* Adandozan fora deposto dois anos antes (1818) por seu irmão Guezo que, uma vez no poder, não poupou esforços para difamá-lo.⁷¹ Por outro lado, algumas medidas para evitar competição no comércio de escravos podem ter sido tomadas, mas não há sinal de que tenham colocado em risco as relações já estabelecidas desde pelo menos os tempos de *dadá* Agaja. O próprio Dupuis narra que, em 1817, portanto ainda sob o governo de *dadá* Adandozan, um “príncipe” muçulmano chamado Brahima saíra de Nikki com destino ao Cairo, não sem antes visitar Kumasi e Abomé.⁷²

Complementando esse argumento, é importante lembrar que os *wangaras* de Borgu viveram durante pelo menos dois séculos (séculos XVI e XVII) em meio a uma população majoritariamente não islamizada. O Islã só predominou em Borgu no século XVIII. Assim, uma de suas características era o costume de viver e comerciar em regiões onde o Islã não predominava e onde um Islã pluralista predominou.⁷³ O Daomé era um desses casos. Foi certamente a regularidade dessas visitas e as relações amigáveis que fizeram surgir em Abomé uma comunidade de artesãos muçulmanos.

Não há registro, além das palavras do padre Pires Ferreira, de que tenham ali desenvolvido uma produção local de mantas. É importante destacar que essas mantas não são feitas pelos Haussá, nem pelos Yorubá e tampouco pelos Borgawa (ou Bariba) nome dado à população de Borgu. O artesanato de Borgu foi estudado por J. Lombard que descreve a tintura, a preparação de fios e a tecelagem em algodão, mas não apresenta suas padronagens nem faz qualquer menção à produção de mantas. Informa apenas que a tecelagem é uma atividade masculina, no passado restrita aos cativos.⁷⁴ Um importante componente da vestimenta masculina no Daomé era a túnica chamada

⁷⁰ Dupuis. *Journal of a residence in Ashantee*. pp. 97-98.

⁷¹ Alberto da Costa e Silva. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Nova Fronteira. 2004.

⁷² Dupuis. *Journal of a residence in Ashantee*. p. XV.

⁷³ Sobre a ideia de pluralismo presente na obra de Ivor Wilks ver Farias. “Borgu in the Cultural Map of the Muslim Diasporas” pp. 259-260.

⁷⁴ Em 1615 Ahmad Baba, pensador de Timbuctu, registrou que eram “infiéis”, o que segundo a lei islâmica, abria as portas para sua escravização. Law. “Islam in Dahomey”. pp. 98-99. J. Lombard. “Aperçu sur la technologie et l’artisanat Bariba”. *Études Dahoméennes*, XVIII. 1957.

kansawu, usada em território Borgu, entre os iorubás, e adotada em Abomé.⁷⁵ Ao contrário da túnica e de outros empréstimos não há na literatura qualquer menção às mantas mandês. Dada a escassez de informações que permitam afirmar a produção local ou de tais mantas me inclino a afirmar que tenham sempre sido importadas, talvez mesmo ocasionalmente.

Na condição de importadas do lado oeste da rota da noz de cola, as mantas mandês integravam a intrincada rede comercial, que devia passar pelas mãos dos wangaras de Borgu e outros comerciantes menores também ali estabelecidos para em seguida serem transportadas para outras localidades. Talvez em Borgu as mantas trazidas do lado oeste da rota (mandê) fossem mais raras do que as trazidas do lado leste (fulani/haussá). Talvez por isso *dadá* Adandozan tenha feito uso dela para oferecer ao rei português uma “galanteria” de sua terra.⁷⁶

Conclusão

O presente texto teve como objetivo apresentar o processo de identificação de uma manta que integra a Coleção Adandozan do Museu Nacional. O trabalho combinou o estudo da peça e sua comparação com exemplares de outros museus, à análise de fontes coevas e à historiografia pertinente ao tema. Como conclusão proponho a identificação da peça como um exemplar de manta de algodão feita em tear a partir da junção de tiras independentes com padronagem de tabuleiro de dama que corresponde ao padrão que a museografia consagrou como mantas mandês. De posse do conhecimento da tecelagem desenvolvida no Mali, os mandê difundiram essa arte por toda a África ocidental. No século XVIII, mantas no estilo mandê já eram confeccionadas no interior da Serra Leoa, de onde devem ter chegado a Abomé.

O processo de identificação da procedência da manta mandê do Museu Nacional provocou uma releitura da historiografia sobre os chamados “malês” do Daomé, permitindo lançar novas questões sobre o tema ao dar destaque às conexões entre o Daomé e Borgu. Voltar a atenção para as conexões entre o Daomé e Borgu mostrou que para além do indiscutível interesse pelo comércio atlântico, tanto de escravos quanto de mercadorias, o Daomé tinha também conexões regulares com a rota de comércio interno dominado pelos muçulmanos e que a circulação de bens suntuários como as mantas são talvez o melhor sinal dessa dupla inserção.

Segundo Robin Law, tanto o Islã quanto o próprio Cristianismo foram introduzidos no Daomé em consequência do comércio atlântico de escravos.⁷⁷ Acompanhar a presença dos Malês em Abomé, com seu artesanato e seu comércio, permite aventar que o Islã se estabeleceu em Abomé pela primeira vez a partir dessa comunidade Malê imigrante, que pouco tinha a ver com o comércio atlântico de escravos. Mas desvincular os Malês do comércio de escravos e associá-los ao comércio das caravanas não foi suficiente para demonstrar onde a manta “de dados” foi produzida.

Enquanto as mantas dos fulanis e haussás devem ter predominado no trecho da rota entre Borgu e Katsina; possivelmente as mantas dos mandês provavelmente foram maioria no trajeto entre Borgu e Serra Leoa, trazidas pelos comerciantes wangaras tanto para Kumasi onde iam comprar noz de cola, quanto para Abomé. Do ponto de vista comercial Abomé não se comparava a Kumasi, um importante centro comercial para o comércio do ouro e da noz de cola por toda a África ocidental. De todo modo o palácio consumia produtos importados de uso suntuário que justificava a visita de alguns comerciantes, pelo menos uma vez ao ano. Eram ali recebidos com júbilo, bem tratados e festejados, para que voltassem no ano seguinte com mais mantas e outras mercadorias

⁷⁵ Suzanne Preston Blier. *The Royal Arts of Africa: The Majesty of Form*. Nova York: Harry N. Abrams Inc. 1998. p. 109.

⁷⁶ Diz a carta: “Também faço oferecimento a meu irmão das galantarias que se fabricam na minha terra”. Parés. “Carta do Daomé”. Carta 13. p. 390.

⁷⁷ Law, “Islam in Dahomey”. p. 97.

que o *axóssú* guardava para si e distribuía como presente.

Ao fim deste esforço é possível dizer que a manta enviada por Adandozan a d. João é uma manta mandê. Infelizmente não é possível ter certeza de onde e por quem foi produzida: em território Mandê, em território Borgu ou em Abomé, por tecelões muçulmanos que conheciam a técnica da tecelagem mandê. Por fim, é impossível dizer se este exemplar foi único no Daomé, ou se outros similares podiam ser ali encontrados. O certo é que, ao ser escolhida para compor a lista de presentes enviados a d. João, lhe foi dado especial destaque. Ao longo de duzentos anos, sem nunca ter sido exposta, essa manta ficou “entesourada” na reserva técnica do Museu Nacional no Rio de Janeiro. No dia 2 de setembro de 2018, assim como toda a coleção africana, foi destruída pelo incêndio que consumiu as coleções dessa instituição.

Referência Bibliográfica

ADAMU, Mahdi. *The Hausa Factor in West African History*. Zaira, Nigéria: Ahmadu Bello University Press/Oxford University Press. 1978.

ADEKUNLE, Julius O.. “Borgu and Economic Transformation 1700-1900: The Wangara Factor”. *African Economic History*. n. 22, 1994. pp. 1-18.

ADEKUNLE, Julius O.. *Politics and Society in Nigeria's Middlebelt: Borgu and the Emergence of a Political Identity*. Trenton/Asmara: African World Press. 2004.

ADLER, Peter e BARNARD, Nicholas. *African Majesty: The Textile Art of the Ashanti and Ewe*. Londres: Thames and Hudson Ltd. 1992.

ANTUNES, Luís Frederico Dias. “Texteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820)”. In: FRAGOSO João *et alli* (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 379-420.

APPADURAI, Arjun. “Introdução: mercadorias e a política de valor”. In: APPADURAI, Arjun (org.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF. 2008. pp. 15-87.

ARAUJO, Ana Lucia. “Dahomey. Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave Trade”. *Slavery & Abolition*, vol. 33, n. 1, march, 2012. pp. 1-10.

BICKFORD, Kathleen. *Textiles in The Metropolitan Museum of Art*. New York: The Metropolitan Museum of Art Bulletin, v. 53, no. 3. Winter, 1995-1996. p. 71.

BLIER, Suzanne Preston. *The Royal Arts of Africa: The Majesty of Form*. New York: Harry N. Abrams Inc. 1998.

DALZEL, Archibald. *The History of Dahomey an Inland Kingdom of Africa*. (1793). Introdução de J. D. Fage. London: Frank Cass & Co. Ltd. 1967.

DICIONÁRIO ONLINE CALDAS AULETTE. <http://www.aulete.com.br> [Acesso em 16.09.2018]

DUPLAISSIS, Robert. "Mercadorias globais, consumidores locais: têxteis no mundo atlântico nos séculos XVIII". *Afro-Ásia*, 41 (2010), pp. 9-55.

DUPUIS, Joseph. *Journal of a residence in Ashantee*. Londres: Printed for Henry Colburn. 1824.

FAGE, John D.. "Introduction". In: DALZEL, Archibald. *The History of Dahomey an Inland Kingdom of Africa*. (1793). Introdução de J. D. Fage. London: Frank Cass & Co. Ltd. 1967.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. "Borgu in the Cultural Map of the Muslim Diasporas of West Africa". In: HUNWICK, John e LAWLER, Nancy (eds.). *The Cloth of Many Colored Silks. Papers on History and Society Ghanaian and Islamic in Honor of Ivor Wilks*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press. 1996. pp. 259-286.

FERREIRA, Roquinaldo. "Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e Guerra no tráfico angolano de escravos, século XVIII". In: FRAGOSO, João et alli (orgs.). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 339-378.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas. Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3a. edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2008.

FURTADO, Júnia Ferreira. "O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé". In: *Anais Eletrônicos do 14o Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Belo Horizonte: UFMG. 2014.

HERSKOVITS, Melville J.. *Dahomey. An Ancient West African Kingdom* (1938). Evanston: Northwestern University Press. 1967. (2 volumes)

HUNWICK, John e POWELL, Eve Troutt. *The African Diaspora in the Mediterranean Lands of Islam*. Princeton: Markus Wiener Publishers. 2002.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Carta de Adandozan a D. João, 1810. Doc. 3, DI137, 62.

JOHNSON, Marion. "The Economic Foundations of an Islamic Theocracy - The Case of Masina". *The Journal of African History*. (1976) 17 (4): pp. 481-495.

JOHNSON, Marion. "Cloth on the Banks of the Niger". *Journal of the Historical Society of Nigeria*, Vol. 6, No. 4 (June 1973), pp. 353-363.

KOPYTOFF, Igor. "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In: APPADURAI, Arjun (org.) *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF. 2008. pp. 89-121.

KRIGER, Colleen E.. *Pride of Men. Ironworking in 19th Century West Central Africa*. Portsmouth, New Hampshire: Heinemann. 1999.

LADISLAU NETTO. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático. 1870.

- LAGAMMA, Alisa e GIUNYINI, Christine. *The Essential Art of African Textiles*. Londres/New Haven: The Metropolitan Museum of Art/Yale University Press. 2008.
- LAW, Robin. "Islam in Dahomey: a case study of the introduction and influence of Islam in a peripheral área of West Africa". *The Scottish Journal of Religious Studies*. vol. VII, n. 2, 1986. pp. 95-122.
- LE HERISSÉ, A.. *L'ancien royaume du Dahomey. Moeurs, religion, histoire*. Paris: Émile Larose. 1911.
- LEVITZION, Nehemia. "Salaga – a nineteenth century trading town in Ghana". *Asian and African Studies*, vol. 2 (1966). pp. 207-244.
- LEVITZION, Nehemia. "Islam in the Bilad al-Sudan to 1800". In: LEVITZION, Nehemia e POUWELLS, Randall L. (orgs.) *The History of Islam in Africa*. Athens: Ohio University Press. 2000. pp. 63-92.
- LEVITZION, Nehemia. *Muslims and Chiefs in West Africa: a Study of Islam in the Middle Volta Basin in the Pre-Colonial Period*. Oxford: The Clarendon Press. 1968.
- LOVEJOY, Paul E. "Mercadores e carregadores das caravanas do Sudão Central, século XIX". *Tempo*. vol. 10, n. 20, 2006. pp. 50-71.
- LOVEJOY, Paul E. *Caravans of Kola. The Hausa Kola Trade, 1700-1900*. Zaira, Nigéria: Ahmadu Bello University Press. 1980.
- LOVEJOY, Paul E.. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- LOVEJOY, Paul E. *Ecology and Ethnography of Muslim Trade in West Africa*. Trenton, Nova York: Africa World Press. 2005.
- LUBAR, Steven e KINGERY, David (orgs.). *History from Things: Essays on Material Culture*. Washington: Smithsonian Institution Press. ca.1993.
- MARTY, Paul. *Études sur l'Islam au Dahomey*. Paris: Éditions Ernest Leroux. 1926. (2 volumes).
- NERY, Ruth Maria de Andrade Figueira. A coleção africana do Museu Nacional. Catálogo. SEE/Museu Nacional. 1967. (xerox de texto datilografado, acervo do SEE).
- NORRIS, Robert. *Memoirs of the Reign of Bossa Ahádee king of Dahomy an Inland Country of Guiney* (1789). Londres: Frank Cass & Co. Ltd. 1968.
- PARÉS, Luis Nicolau. "Cartas do Daomé", *Afro-Ásia*, 47 (2013). pp. 295-395.
- PIRES, Vicente Ferreira. *Viagem de África em o reino de Dahomé*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957.
- POMMEGORGE, A. E. Pruneau de. *Description de la Nigritie*. Amsterdam: s/ed.; Paris: Chez Maradan. 1789.

SILVA, Alberto da Costa e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Nova Fronteira. 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional. 2002.

SNELGRAVE, William (Captain). *A New Account of Some Parts of Guinea and the Slave Trade* (1734). Londres: Frank Cas & Co. Ltd. 1971.

SOARES, Mariza de Carvalho et all. *Conhecendo a exposição Kumbukumbu do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 2016. Coleção Livros Digital 4. Disponível em: <http://www.museunacional.ufri.br/docs/Kumbukumbu.pdf> [Acesso em 16.09.2018].

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. “A descolonização das coleções coloniais: relato de uma experiência de curadoria com a coleção African do Museu Nacional”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de e MELO, Rita de Cássia (orgs.). *De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: EdUFPB. (a sair 2018)

SOARES, Mariza de Carvalho. “Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benim, século XVIII”. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF. 2007. pp. 65-99.

SOARES, Mariza de Carvalho. “Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. *Afro-Ásia*, 49 (2014), pp. 229-271.

SPRING, Christopher. *African Textiles*. Wakefield, Rhode Island: Moyer Bell. c.1997.

THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART. *Textiles in The Metropolitan Museum of Art*. Nova York: MET (livro publicado como volume v. 53, n. 3/Winter do Boletim do MET). 1995-1996.

Artigo recebido para publicação em: Junho de 2018.

Artigo aprovado para publicação em: Setembro de 2018.